



AUTORIDADE
DA MOBILIDADE
E DOS TRANSPORTES

2º CICLO DE PALESTRAS SOBRE MOBILIDADE

Tendências | Desafios | Realidades

***REGULAÇÃO ECONÓMICA INDEPENDENTE
NO ECOSISTEMA DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES***

SRS Advogados, Lisboa
3 de novembro de 2017

ÍNDICE:

- Linhas Estruturantes da Regulação Económica Independente prosseguidas pela AMT
- Atividade já concretizada pela AMT

LINHAS ESTRUTURANTES DA REGULAÇÃO ECONÓMICA INDEPENDENTE PROSSEGUIDAS PELA AMT



MISSÃO DA AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES (AMT)

Definir e implementar o quadro geral de políticas de regulação e de supervisão aplicáveis aos setores e atividades de infraestruturas e de transportes terrestres, fluviais e marítimos, num contexto de escassez de recursos e de otimização da qualidade e da eficiência, orientadas para o exercício da cidadania, numa perspetiva transgeracional, de desenvolvimento sustentável

(Estatutos da AMT, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio)

Marca Identitária da AMT

- Promover e proteger o interesse público da Mobilidade Inclusiva, Eficiente e Sustentável
- Aperfeiçoar o conhecimento do Ecosistema da Mobilidade e dos Transportes
- Aplicar um exercício de *compliance* nas vertentes determinantes da função competitividade para este Ecosistema
- Suprir falhas de mercado
- Sem gerar falhas de Estado
- Promover a confluência dos equilíbrios dinâmico e resiliente das três Racionalidades:
 - ✓ Investidores
 - ✓ Profissionais / Utilizadores / Consumidores e/ou Cidadãos
 - ✓ Contribuintes

MOBILIDADE
(Interesse Público)

Inclusiva

Segura

Abrangente

Eficiente

Mais com
menos
Zero
desperdício

Competitiva,
num quadro de
interdependência
globalizada e
perspetiva de
benchmark

Sustentável

Supera a
“corrosão” do
tempo e os ciclos
geodinâmicos da
natureza

Conhecimento compreensivo e atualizado do Ecosistema da Mobilidade e dos Transportes

- Recolha contínua de informações sobre a atividade das empresas reguladas
- Acompanhamento de políticas, programas, projetos e demais iniciativas, aos níveis nacional e internacional, relevantes para o desempenho adequado do Ecosistema da Mobilidade e dos Transportes Português
- Observatório dos Mercados da Mobilidade, Preços e Estratégias Empresariais

Exercício de *Compliance* nas vertentes determinantes para a competitividade do Ecosistema da Mobilidade e dos Transportes

- O Regulador não é um Microlegislador
- Verificação das vertentes essenciais:
 - ✓ Conformidade legal e constitucional, bem como das exigências do Direito Comunitário
 - ✓ Expectativas dos principais agentes económicos
 - ✓ Tendências evolutivas provocadas pela tecnologia e conhecimento científico, aplicáveis à mobilidade das pessoas e bens

Suprir falhas de mercado

- Essencialmente, estratégias de cartelização e abuso de posição dominante
- Reguladas há mais de 60 anos
 - ✓ Tratado de Roma (1954)
 - ✓ Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (2009)
 - ✓ Regulamentos comunitários em vigor
- Regime Jurídico da Concorrência – Lei n.º 19/2012, de 8 de maio
 - ✓ Obrigatoriedade de comunicação à Autoridade da Concorrência de quaisquer indícios recolhidos de práticas de cartelização e abuso de posição dominante
- Outra tipologia de falhas de mercado, visando concretizar a promoção e defesa do interesse público da Mobilidade Inclusiva, Eficiente e Sustentável

Sem gerar falhas de Estado

- Falhas de regulamentação
 - ✓ Geradoras de distorções da concorrência
- Vazios jurídicos
 - ✓ Exemplos na área da mobilidade e transportes
 - Transportes com finalidades turísticas
 - Plataformas tecnológicas

Análise das 3 Racionalidades

- **Investidores**
 - **Profissionais / Utilizadores / Consumidores e/ou Cidadãos**
 - **Contribuintes**
-
- ☐ Avaliação detalhada do seu equilíbrio dinâmico e resiliente
 - ☐ Racionalidades não aditivas
 - ☐ Dinâmicas que se reforçam mutuamente
 - ☐ Visão Holística (avaliação de forma integrada)

- **Crescimento Económico Sustentável**
- **Competitividade de toda a cadeia de valor ancorada nos sistemas de transportes e atividades conexas**
- **Atração de investimento, com procura afluente e condições de financiamento sustentadas**
- **Coesão social, económica e territorial**
- **Segurança, na dupla vertente *Safety* e *Security***
- **Sistemas de transportes inteligentes e de qualidade**



ATIVIDADE JÁ CONCRETIZADA PELA AMT



Pronúncia inovadoras – Principais desafios regulatórios do Ecosistema da Mobilidade e dos Transportes

- Implementação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros
- Plataformas tecnológicas para a mobilidade
- Distorções da concorrência na operação portuária
- Ligação Marítima para Passageiros e Carga Rodada entre a Região Autónoma da Madeira e o Continente
- Implementação do ERTMS - Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário em Portugal
- Anteprojeto de revisão do Código dos Contratos Públicos
- Atualização tarifária (Despacho Normativo n.º 14-A / 2016, datado de 16 de dezembro)

Pareceres Prévios Vinculativos – Contratos de concessão ou de prestação de serviços públicos nos setores regulados

- Aditamento ao Contrato de Serviço Público entre o Estado e o STCP
- Concessão da exploração de transportes rodoviários de passageiros – R.A. Madeira
- Renegociação dos contratos de subconcessões rodoviárias - Pinhal Interior, Baixo Alentejo e Algarve Litoral
- Contrato Programa celebrado entre o Estado e a IP-Infraestruturas de Portugal no contexto da gestão da infraestrutura da Rede Ferroviária Nacional.
- Subconcessão da Operação e Manutenção do Sistema Metro Ligeiro – A.M. Porto
- Concessões nos porto de Leixões - Movimentação de contentores, carga geral fracionada e granéis
- Concurso público internacional para a concessão de serviços de transporte marítimo regular de passageiros e veículos através de navio Ferry entre a Madeira e o Continente Português

Pronúncias / Pareceres Não Vinculativos para a Autoridade da Concorrência

- ✓ Controlo de operações de concentração de empresas (art.º 55.º, n.º 1, do Regime Jurídico da Concorrência)
 - Aquisição pelo Grupo YILDRIM da MOTA ENGIL LOGÍSTICA e TERTIR
 - Aquisição pela EGIS da OPERSCUT
 - ETAC – Controlo exclusivo sobre a concessão dos serviços públicos de transporte coletivo rodoviário e fluvial em Aveiro
 - Aquisição pelo Fundo MERIDIAM INFRASTRUCTURE EUROPE II da NORSCUT
 - Aquisição pelo Grupo ADRIAN da ASCENDI
 - Aquisição pela GLOBAL VIA dos Grupos SCUTVIAS e TRANSMONTANA
 - Aquisição por FRANCISCO FEITOSA da VIMECA
 - Aquisição pela DEKRA do Grupo MASTER TEST
 - Aquisição pela EFT da MARMOD

Pronúncias / Pareceres Não Vinculativos para a Autoridade da Concorrência

- ✓ Estudos de mercado e inquéritos no âmbito do Ecosistema da Mobilidade e dos Transportes (art.º 61.º, n.º 3, do Regime Jurídico da Concorrência)
 - Estudo sobre Concorrência no Setor Portuário (2015)
 - Relatório Preliminar sobre Concorrência e Regulação no Transporte de Passageiros em Veículos Ligeiros (2016)

Supervisão dos Mercados da Mobilidade

- Desenvolvimento do Observatório dos Mercados da Mobilidade, Preços e Estratégias Empresariais – Fase de Desenho Funcional em conclusão
- Relatório sobre os serviços de transporte de táxi
- Relatório sobre as condições de transporte – Direitos e obrigações dos operadores, passageiros, sistemas de tarifas e informação ao público
- Relatórios (mensal e anual) de acompanhamento da atividade do mercado portuário
- Em curso Compilação abrangente e completa de informação
 - ✓ Controlo das operações de pagamento de compensações aos operadores de serviços de interesse económico geral
 - ✓ Cumprimento de obrigações de serviços público na cabotagem marítima – Serviço entre o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira
 - ✓ Empresas de transporte de passageiros com fins turísticos

Auditoria e fiscalização

- Ação inspetiva ao Metropolitano de Lisboa
 - ✓ Pontualidade, conforto, acessos e serviços aos utentes
- Ação de fiscalização à TST – Transportes Sul do Tejo
 - ✓ Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros
- Auditoria à RESENDE, S.A.
 - ✓ Natureza operacional e financeira
- Ação de fiscalização à SOFLUSA (em curso)
 - ✓ Perturbações de operação / incumprimento de horários

Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP)

- Monitorização da implementação da reforma estrutural do RJSPTP
 - ✓ Lei n.º 52/2015, de 9 de junho
 - ✓ Regulamento (CE) n.º 1370/2017, de 23 de outubro
 - Contratualização, até 3 de dezembro de 2019, das redes e serviços de transporte coletivo público de passageiros
- Parecer Prévio Vinculativo da AMT sobre as peças de formação dos contratos
- Articulação continua com as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, Comunidades Intermunicipais e Câmaras Municipais
- Informação aos *stakeholders* sobre o enquadramento legal e dos elementos que estão subjacentes à emissão do Parecer Prévio Vinculativo pela AMT
 - ✓ Antecipar questões
 - ✓ Auxiliar as entidades públicas competentes na preparação dos procedimentos administrativos



AUTORIDADE
DA MOBILIDADE
E DOS TRANSPORTES

Muito Obrigado.

João Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Telefone: (+351) 211 025 801
joao.carvalho@amt-autoridade.pt